

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Alice Piarini

Delver Leandro Pereira

Laura Magalhães

Turma 101 – Colégio São José

A definição de políticas públicas é bastante simples. Consistem em um conjunto de programas criados pelo Estado, neste caso, o Estado brasileiro, para garantir que os direitos previstos na Constituição Federal, bem como outros que não estão, sejam colocados em prática, tendo como seu principal objetivo garantir o bem-estar da população brasileira. Essas políticas podem fazer com que direitos, considerados necessidades básicas do cidadão, sejam constados na nossa Constituição.

Políticas públicas são, resumidamente, regras e conhecimentos técnicos para resolver problemas públicos, podendo ser divididos em quatro seções:

1. Políticas públicas distributivas: Sua principal função, como o próprio nome diz, é distribuir bens ou quantias a uma pequena parte da população. Na educação por exemplo, seriam as cotas.
2. Políticas públicas redistributivas: Redistribui os recursos apenas para uma pequena parcela da população, onde o dinheiro é retirado do orçamento geral.
3. Políticas públicas regulatórias: Colocam uma regra padrão sobre comportamento. Este item também é conhecido como as leis que estão em nossa Constituição.
4. Políticas públicas constitutivas: Definem quem vai fazer o que, como e quando.

Por serem programas ligados à direitos, são divididos também em áreas, como educação, saúde, transporte público, meio ambiente, cultura, assistência social, e até mesmo o lazer faz parte dessas subdivisões.

O tema trabalhado, políticas públicas, é de extrema importância para o dia a dia na vida de todos os cidadãos, pois é o que garante o devido atendimento das necessidades básicas e nunca deixe nada faltar. Porém esse sistema tem falhas, como todos os outros, mas vamos focar no sistema educacional e falar mais sobre este programa que, em tese, todos brasileiros deviam ter acesso.

O ensino brasileiro é, em sua maioria, eficiente, mas seus defeitos também são evidentes, como falta de infraestrutura, de professores, verbas e o desinteresse por parte dos alunos é juntamente uma causa deste problema que afeta nosso país por inteiro, um exemplo disto é a crise de desemprego presente na realidade de muitos,

que é gerada pela falta de formação acadêmica, ou seja, quanto menos indivíduos educados devidamente, maior essa crise será, e é isso que deve ser mudado.

O sistema educacional brasileiro é previsto por duas legislaturas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação -Lei nº. 9.394 de 1996, conhecida como LDB e as diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, onde determina que educação básica é um direito de todos os cidadãos. Além dessas leis, vários órgãos são responsáveis pelo bom funcionamento dessa área, podendo citar o MEC e o CNE. O primeiro citado trata-se não apenas de gerir e supervisionar a rede federal, mas também de elaborar, coordenar e executar políticas públicas para a Educação brasileira, além de propor leis, dar apoio técnico e coleta e análise de informações sobre Educação. O segundo item, o CNE, trabalha ao lado do MEC, mesmo sendo independente, nos assuntos técnicos da área tratada. Esse órgão também assegura a participação da sociedade, zela pelos cumprimentos das leis educacionais e formula e avalia a política nacional da área.

A educação básica no Brasil é separada em modalidades, sendo elas a Educação Infantil, a Pré-escola, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, tendo também a opção de Ensino Médio Técnico. Podemos comparar a Educação brasileira com outros sistemas de outros países, como no Uruguai, que, em 1877, foi promulgado uma Lei de Educação Comum, se tornando o primeiro país na América Latina que definiu sobre um ensino primário, universal e gratuito e tem suas divisões similares ao Brasil, tendo a Pré-Escola, o Ensino Primário e o Ensino Médio.

Agora explicado como funciona, vamos aos problemas. O nosso sistema público de ensino, muitas vezes é composto por profissionais não aptos à dar aulas, eles podem até ser capacitados, a final todos passam por faculdades, pós, etc. Mas, também ficam algum tempo parado no mercado de trabalho até arrumarem um emprego, ou simplesmente ficam fora da área de profissão exercida e quando voltam, a qualidade não é mais a mesma. Para isso, nós pensamos em uma prova. Sim! Os professores de escolas públicas, antes de começarem a exercer sua profissão, deverão passar por um exame e só atingindo a média esperada ele estará assim apto ao trabalho, podendo ser contratado. Assim como nós alunos, os nossos " mestres" devem estar em constante aprendizado, buscando cada vez mais e mais o conhecimento, essa prova serviria como uma maneira de provar que eles estão ativos e gostam de suas profissões, ela vai diminuir a quantidade de incapacitados e nos mostrará os mais capacitados.

Como todos sabem, nem sempre um erro ocorre só de um lado, ou seja, nosso ensino não pode ser julgado só através dos profissionais, os alunos também mostram desinteresse no aprendizado. Mas como melhorar isso? Sabemos que o incentivo aos

estudos em nosso país é muito baixo, e para esta situação pensamos que deveriam ser implantadas nas escolas, pelo menos uma vez no ano, palestras que incentivem os jovens aos estudos. Isso não deve ser implantado apenas no ensino médio só porque são os anos mais próximos aos vestibulares, tem que ser tanto para o fundamental quanto para anos finais, pois, é desde cedo que fará a diferença, amadurecendo mais rápido eles de que o estudo é algo primordial em nossas vidas, e também para as vidas futuras, a final, quanto mais desenvolvermos nossos conhecimentos hoje, mais facilitaremos para as próximas gerações e assim por diante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPIONI, Paula. **SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: ENTENDA A DIVISÃO DA NOSSA EDUCAÇÃO.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-educacional-brasileiro-divisao/>. Acesso em: 4, mai 2019

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA E COMO ELA AFETA SUA VIDA?** Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida>. Acesso em: 4, mai 2019

MARTINS, Helena. **CENSO APONTA QUE ESCOLAS PÚBLICAS AINDA TÊM DEFICIÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-01/censo-aponta-que-escolas-publicas-ainda-tem-deficiencias-de-infraestrutura>. Acesso em: 4, mai 2019